



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de produtos de panificação, salgados, lanches e alimentos prontos para consumo, com entrega conforme demanda, destinados ao atendimento de eventos promovidos e/ou apoiados pelos Departamentos e Secretarias Municipais**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote 01 - (Participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte)

Tratamento diferenciado para empresas LOCAIS

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de produtos de panificação, salgados, lanches e alimentos prontos para consumo, com entrega conforme demanda, destinados ao atendimento de eventos promovidos e/ou apoiados pelos Departamentos e Secretarias Municipais.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
------	-----------	-------	--------	-------------	-------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

01	BOLACHA “PATA DE GATO” - Produto com massa amanteigada, recheio de doce de leite, metade com cobertura de chocolate meio amargo. Devidamente embalado em bandeja plástica com no mínimo 400 g.	Unid.	500	R\$ 19,93	R\$ 9.965,00
02	BOLACHA AMANTEGADA DE “OLHO DE SOGRA” COM RECHEIO DE GOIABADA - Produto elaborado com ingredientes frescos, com proporção de massa e recheio adequados, finalizada com coco. Devidamente embalado em bandeja plástica com no mínimo 250 g.	Unid.	500	R\$ 16,20	R\$ 8.100,00
03	BOLACHA DE NATA - elaborada com ingredientes frescos, sem conservantes artificiais. Produto assado, com textura macia e sabor característico. Embalada em bandeja plástica, com no mínimo 500 g.	Unid.	500	R\$ 21,62	R\$ 10.810,00
04	BOLACHA DE NATA COM COCO - elaborado com ingredientes frescos, à base de nata, amido de milho, açúcar, coco e demais ingredientes necessários ao preparo, sem adição de conservantes artificiais. Produto assado, com textura macia, sabor e aroma característicos. Devidamente embalado em bandeja plástica, com no mínimo 500g.	Unid.	500	R\$ 20,58	R\$ 10.290,00
05	BOLO DE CENOURA - simples e com cobertura de chocolate, feito com produtos naturais, sem conservantes. Com peso mínimo de 900 g, embalado em material plástico devidamente lacrado.	Unid.	300	R\$ 43,42	R\$ 13.026,00
06	BOLO DE CENOURA - simples sem cobertura feito com produtos naturais, sem conservantes. Com peso no mínimo de 550 g, embalado em material plástico devidamente lacrado.	Unid.	300	R\$ 22,40	R\$ 6.720,00
07	BOLO COM COBERTURA - bolo com cobertura uniforme de chantininho e com duas camadas de recheio com espessuras de no mínimo 1 cm e massa proporcional e	Kg	300	R\$ 83,20	R\$ 24.960,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	devidamente humedecida regada com calda a base de leite condensado ou leite de coco, garantindo maciez e qualidade, sabores da massa e dos recheios conforme solicitação do coordenador do evento.				
08	BOLOS SIMPLES - sabores: fubá, limão, milho, yogurt natural e laranja. Com peso mínimo de 550 g, embalado em material plástico devidamente lacrado.	Unid.	500	R\$ 20,20	R\$ 10.100,00
09	BROA DE FUBÁ - Produto feito com produtos de qualidade, assado, devidamente acondicionada em embalagem plástica, com no mínimo 150 g.	Unid.	500	R\$ 5,63	R\$ 2.815,00
10	CUECA VIRADA - Produto de fabricação artesanal/natural, com cocção característica, sem excesso de óleo, sem gosto de ranço, finalizado em açúcar refinado e canela, garantindo a adequada conservação e qualidade do produto até o momento da entrega. Embalado em saco plástico com no mínimo 400 g.	Unid.	500	R\$ 21,74	R\$ 10.870,00
11	DOCES – beijinho finalizado com coco fino e brigadeiro finalizado com granulado macio, com peso mínimo por unidade de 20 g, feito com ingredientes de boa qualidade, a escolha do coordenador do evento. Embalado para entrega no evento, caixa com 100 unidades (cento).	Unid.	200	R\$ 80,24	R\$ 16.048,00
12	MINI SANDUICHES COM RECHEIO – tipo: Mini pão de hambúrguer com gergelim recheado com maionese, hambúrguer caseiro/artesanal de carne bovina e tomate ou mini pão de hambúrguer com gergelim recheado com maionese, frios (presunto e queijo) e alface. Mini cachorro quente (pão de leite recheado com maionese, molho de salsicha e batata palha). Mini pão sírio recheado com patê de frango e alface. O tipo do sanduíche será a escolha do coordenador do evento.	Unid.	100	R\$ 240,00	R\$ 24.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	Características gerais: O peso deverá ser de no mínimo 30 g, a quantidade de recheio deverá ser proporcional (no mínimo 40% do peso do salgado), sem excesso de sal. Embalado para entrega no evento, com 100 unidades (cento).				
13	MINI SONHO - recheado (goiabada, creme ou doce de leite), com peso mínimo de 20 g por unidade, finalizado com açúcar refinado, com cocção característica, sem excesso de óleo, sem gosto de ranço e crocante por fora macio por dentro. Embalado para entrega no evento, com 100 unidades (cento).	Unid.	100	R\$ 202,41	R\$ 20.241,00
14	MINI CHURROS FRITO – recheado com doce de leite ou chocolate, com peso mínimo de 30 g por unidade, finalizado com açúcar refinado e canela, com cocção característica, sem excesso de óleo, sem gosto de ranço e crocante por fora macio por dentro. Embalado para entrega no evento, com 100 unidades (cento).	Unid.	200	R\$ 85,67	R\$ 17.134,00
15	NOZINHO FRITO - Produto de fabricação artesanal/natural, com cocção característica, sem excesso de óleo, sem gosto de ranço, finalizado em leite condensado e coco, garantindo a adequada conservação e qualidade do produto até o momento da entrega. Embalado em bandeja plástica com no mínimo 300 g.	Unid.	500	R\$ 18,78	R\$ 9.390,00
16	PÃO CASEIRO - sem lactose, com textura macia e sabor característico. Devidamente embalado em saco plástico com no mínimo 610 Kg.	Unid.	500	R\$ 13,17	R\$ 6.585,00
17	PÃO DE FORMA FATIADO - fatia com 30 gramas, de primeira qualidade, fresco, com assado uniforme, de boa qualidade, com miolo de cor característica e casca de cor dourada brilhante e homogênea. Não conter leite ou derivados ou traços de leite. Não conter ovos. Serão rejeitados pães mal assados, queimados, amassados,	Unid.	300	R\$ 11,67	R\$ 3.501,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	achatados ou outras características organolépticas anormais. acondicionado em embalagem plástica, atóxica, transparente, resistente e não reciclável. com rotulagem contendo informações conforme legislação vigente, validade mínima de 7 dias da data da entrega, pacote com no mínimo de 450 g..				
18	PÃO FRANCÊS ASSADO - pesando 50 g por unidade, de boa qualidade, com miolo branco e casca de cor dourada brilhante e homogênea. Não deve conter leite ou derivados ou traços de leite. não conter ovos. Serão rejeitados pães mal assados, queimados, amassados, achatados ou outras características organolépticas anormais. Embalados em sacolas plásticas atóxicas apropriadas. com data fabricação e validade na embalagem. O produto deve ser fabricado no dia da entrega.	Kg	500	R\$ 13,75	R\$ 6.875,00
19	PÃO INTEGRAL FATIADO - apresentando a superfície lisa, macia e brilhante, não quebradiça, miolo consistente. peça fatiada, fatias com aproximadamente 25g cada, composto de farinha de trigo integral, farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, leite, fermento biológico, ovos e sal. Embalagens de saco polietileno atóxico, com peso de no mínimo 400 g, contendo data de fabricação, validade mínima de 7 dias da data da entrega, pacote com no mínimo de 450 g.	Unid.	100	R\$ 12,75	R\$ 1.275,00
20	PÃO DE FORMA SEM GLÚTEN, SEM LACTOSE - vários sabores, embalagem de 175g a 350 g, com fermentação biológica, com validade entre 1 e 3 meses, a fatia deve ter em média 25 gr. A embalagem deve conter informações do fabricante, lista de ingredientes, rótulo nutricional, validade mínima de 7 dias da data da entrega, pacote com no mínimo 450 g.	Unid.	100	R\$ 12,15	R\$ 1.215,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

21	PIZZA – A pizza deverá possuir diâmetro mínimo de 35 cm, ser preparada com massa devidamente assada, apresentar cobertura uniforme e ser bem recheada, garantindo quantidade satisfatória de ingredientes em toda a sua extensão conforme características dos sabores respectivos. Deve ser elaborada com ingredientes de qualidade, em adequado estado de conservação. O sabor será definido conforme solicitação do coordenador do evento. O produto deverá ser fornecido devidamente embalado em caixa apropriada, que assegure a conservação de suas características, bem como em condições higiênico-sanitárias adequadas para o consumo.	Unid.	500	R\$ 52,49	R\$ 26.245,00
22	SALGADINHOS ASSADOS - tipo esfirra de carne ou frango, enroladinho de presunto e queijo ou salsicha a escolha do coordenador do evento. Com peso mínimo por unidade de 30G, com quantidade de recheio proporcional (no mínimo 30% do peso do salgado), sem excesso de sal, sem excesso de temperos industrializado. Embalado para entrega no evento, 100 unidades (cento).	Unid.	200	R\$ 95,20	R\$ 19.040,00
23	SALGADINHOS FRITOS - tipo pastelzinho, bolinha de queijo, kibe, coxinha de frango ou carne, risoles de frango ou carne a escolha do coordenador do evento. Com peso mínimo por unidade de 20 G, com quantidade de recheio proporcional (no mínimo 30% do peso do salgado), sem excesso de sal e temperos industrializados, com cocção característica, sem excesso de óleo, sem gosto de ranço e crocante por fora macio por dentro. Embalado para entrega no evento, 100 unidades (cento).	Unid.	300	R\$ 84,29	R\$ 25.287,00
24	SANDUÍCHE NATURAL DE FRANGO - produto preparado de forma artesanal desde de o pão até o	Unid.	1.000	R\$ 23,36	R\$ 23.360,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	patê de frango desfiado cenoura ralada, cheiro verde, alface e maionese artesanal, pronto para consumo. Embalado em bandeja com 06 (seis) unidades, com peso de no mínimo 45 g por unidade.				
25	SANDUÍCHE TIPO AMERICANO - contendo presunto (2 fatias de em média 15 gramas cada) e queijo tipo muçarela (2 fatias de em média 15 g cada) e tomate (2 rodela), peso mínimo de 100 g, pronto para consumo.	Unid.	500	R\$ 7,33	R\$ 3.665,00
26	SANDUICHE TRADICIONAL DE PÃO FRANCÊS - tamanho grande (em média 50g) com mortadela defumada (2 fatias de em média 15 gramas cada) e queijo tipo muçarela (2 fatias de em média 15 g cada).	Unid.	500	R\$ 6,33	R\$ 3.165,00
27	TORTA SALGADA DE CARNE MOÍDA - Produtos de fabricação artesanal/natural com carne moída bovina, milho verde, tomate e cheiro verde. Com quantidade de recheio proporcional (no mínimo 50% do peso da torta) recheio uniforme e massa proporcional e uniforme, sem excesso de sal e temperos industrializados, com cocção característica. Embalado em assadeira de alumínio descartável com no mínimo 2,800K g.	Unid.	100	R\$ 75,79	R\$ 7.579,00
28	TORTA SALGADA DE FRANGO - Produtos de fabricação artesanal/natural com frango desfiado cremoso com requeijão ou catupiry, milho verde, tomate e cheiro verde, finalizado com queijo gratinado. Com quantidade de recheio proporcional (no mínimo 50% do peso da torta) recheio uniforme e massa proporcional e uniforme, sem excesso de sal e temperos industrializados, com cocção característica. Embalado em assadeira de alumínio descartável com no mínimo 2,800K g.	Unid.	100	R\$ 75,29	R\$ 7.529,00
Total					R\$ 329.790,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

2.2. Valor total máximo estimado para a contratação **R\$ 329.790,00 (trezentos e vinte e nove mil, setecentos e noventa reais)**.

2.3. Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.

2.4. O objeto desta contratação é caracterizado como comuns, dada a natureza geral de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Dos elementos/serviços que compõem o objeto:

Do ciclo de vida do objeto

4.2. A análise do ciclo de vida do objeto é uma etapa fundamental na gestão de contratações públicas, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), pois permite uma visão abrangente dos custos, impactos e responsabilidades associados à prestação do serviço contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.3. No presente caso, o ciclo de vida refere-se ao conjunto de etapas relacionadas ao preparo, acondicionamento, armazenamento, transporte, entrega e fornecimento de produtos de panificação, salgados, lanches e alimentos prontos para consumo, destinados ao atendimento das demandas das diversas Secretarias e setores da Administração Pública Municipal. Os produtos alimentícios a serem fornecidos possuem ciclo de vida curto e consumo imediato, exigindo rigorosos padrões de qualidade, higiene, conservação e pontualidade durante todas as etapas de execução contratual.

4.4. O fornecimento deverá observar condições adequadas de manipulação, acondicionamento e transporte dos alimentos, garantindo a manutenção de suas características nutricionais, sanitárias e de consumo até a efetiva entrega nos locais indicados pela Administração. Além disso, a execução contratual envolve logística eficiente para atendimento parcelado e conforme demanda, possibilitando o suporte adequado à realização de eventos, reuniões, capacitações, campanhas e demais ações institucionais promovidas ou apoiadas pelo Município.

4.5. As etapas do ciclo de vida do objeto incluem:

a) Planejamento e Contratação, que compreende o processo licitatório, definição das especificações dos produtos, estimativa de quantitativos, pesquisa de preços e seleção de empresa especializada para o fornecimento de produtos de panificação, salgados, lanches e alimentos prontos para consumo, observando as exigências legais, sanitárias e administrativas aplicáveis.

b) Preparo e Produção dos Alimentos, que deverá ser realizado pela contratada em instalações adequadas e regularizadas, observando rigorosamente os padrões de qualidade, higiene, segurança alimentar, acondicionamento e conservação dos produtos alimentícios fornecidos.

c) Acondicionamento e Armazenamento, envolvendo a utilização de embalagens apropriadas e condições adequadas de conservação, de modo a preservar a qualidade, integridade e segurança dos alimentos até sua efetiva entrega ao consumo.

d) Transporte e Entrega dos Produtos, contemplando a logística necessária para o fornecimento parcelado e conforme demanda, garantindo que os alimentos sejam entregues nos locais, horários e quantitativos definidos pela Administração Municipal, em condições adequadas de higiene e conservação.

4.6. Utilização e Atendimento ao Usuário, etapa em que os produtos alimentícios são consumidos durante eventos, reuniões, capacitações, campanhas e demais atividades institucionais promovidas ou apoiadas pelas Secretarias e Departamentos Municipais, contribuindo diretamente para a qualidade do atendimento e organização das ações administrativas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.7. Por fim, contempla-se a etapa de recolhimento e destinação dos resíduos gerados, envolvendo o descarte ambientalmente adequado de embalagens, materiais descartáveis e resíduos alimentares eventualmente produzidos durante a execução contratual, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes, buscando minimizar impactos ambientais e promover boas práticas de sustentabilidade.

4.8. O gerenciamento eficiente de todas essas etapas assegura a qualidade dos produtos fornecidos, a segurança alimentar, a conformidade legal e sanitária, bem como a adequada aplicação dos recursos públicos, garantindo maior eficiência no atendimento das demandas da Administração Pública Municipal.

Da garantia de qualidade do objeto

4.9. A garantia da qualidade do objeto contratado constitui condição essencial para assegurar a segurança alimentar, a eficiência operacional e o adequado atendimento às demandas das diversas Secretarias e Departamentos do Município. A exigência de padrões rigorosos visa assegurar que o fornecimento de produtos de panificação, salgados, lanches e alimentos prontos para consumo ocorra em conformidade com as normas sanitárias, técnicas e legais vigentes, resguardando o interesse público e a qualidade dos serviços prestados.

4.10. Os produtos alimentícios deverão ser preparados e fornecidos por empresa devidamente regularizada perante os órgãos competentes, em ambientes adequados e em conformidade com as boas práticas de manipulação de alimentos. Os itens fornecidos deverão apresentar qualidade compatível com os padrões de mercado, observando critérios adequados de higiene, acondicionamento, conservação e apresentação.

4.11. A contratada será responsável por assegurar que todos os produtos entregues estejam próprios para o consumo, respeitando condições adequadas de armazenamento, transporte e temperatura, quando aplicável, sendo vedado o fornecimento de alimentos deteriorados, vencidos ou em desacordo com os padrões exigidos pela Administração Municipal.

4.12. A empresa contratada deverá garantir que os alimentos sejam acondicionados em embalagens apropriadas, íntegras e adequadas ao transporte, de modo a preservar sua qualidade, segurança e características originais até a efetiva entrega ao consumo.

4.13. O transporte e a entrega dos produtos deverão ocorrer em condições adequadas de higiene e conservação, observando-se os horários, locais e quantitativos estabelecidos pela Administração Municipal, garantindo pontualidade, regularidade e eficiência na execução contratual.

4.14. A fiscalização por parte da Administração Municipal poderá realizar inspeções, solicitar amostras, verificar condições de acondicionamento e transporte, bem como exigir testes de qualidade e, quando necessário, análises laboratoriais, sempre que houver indícios de irregularidades ou descumprimento das exigências contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.15. A contratada deverá manter controles e registros que possibilitem a rastreabilidade dos produtos fornecidos, incluindo informações relativas à procedência dos insumos utilizados, contribuindo para maior controle, transparência e segurança alimentar.

4.16. O descumprimento dos critérios de qualidade poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais, incluindo a substituição imediata dos produtos em desconformidade, sem ônus para a Administração, além das demais penalidades previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.

4.17. Dessa forma, garantir a qualidade do objeto contratado significa assegurar melhores condições de atendimento às demandas institucionais, proteger a saúde dos usuários, promover a eficiência dos serviços prestados e garantir a adequada aplicação dos recursos públicos.

4.18. A contratada deverá assegurar que os profissionais envolvidos no preparo, manipulação, acondicionamento e transporte dos alimentos atuem em conformidade com as normas sanitárias vigentes, utilizando uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando aplicável.

4.19. A Administração Municipal poderá recusar produtos que apresentem condições inadequadas de consumo, qualidade inferior, embalagens danificadas ou qualquer irregularidade que comprometa a segurança alimentar e a adequada execução do objeto, devendo a contratada realizar a substituição imediata dos itens recusados.

4.20. A fiscalização contratual poderá avaliar continuamente o desempenho da contratada quanto à qualidade dos produtos fornecidos, pontualidade das entregas, condições de acondicionamento e atendimento das demandas administrativas, podendo determinar medidas corretivas sempre que constatadas irregularidades.

4.21. A adequada gestão e fiscalização da execução contratual asseguram maior eficiência, qualidade e continuidade no fornecimento dos produtos alimentícios, garantindo atendimento satisfatório às necessidades da Administração Pública Municipal e promovendo a efetividade da contratação.

Da Padronização dos serviços que integram o objeto

4.22. Os descritivos não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.

4.23. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei n.º 14.133/21)

5.1. Dos critérios de sustentabilidade

Práticas para reduzir os impactos ambientais

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

Da Subcontratação

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Do Parcelamento

5.4. O objeto será licitado e contratado por item e executado de forma parcelada, visando atender as necessidades da secretaria demandante, conforme solicitação de despesa ou nota de empenho.

Do orçamento Sigiloso

5.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.

Da exigência de amostra



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.6. Poderá ser solicitado na fase de julgamento a apresentação de amostra, conforme previsão no instrumento convocatório.

Garantia da contratação

5.7. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

Da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

5.8. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.9. Na execução do objeto devem ser observados pela CONTRATADA os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

5.10. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.11. O tratamento desses dados pelo setor público prescinde de consentimento do titular (art. 7º, III), inclusive para eventual compartilhamento (art. 26, § 1º, IV, c/c art. 27, III), e a sua utilização ficará limitada às atividades decorrentes da execução contratual na forma deste instrumento, bem como de obrigações legais, sob pena de incidência das sanções legais e das previstas neste instrumento, além da responsabilização administrativa, civil e criminal, observado o devido processo que assegure a ampla defesa e o contraditório.

5.12. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.13. A CONTRATADA obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma dessas legislações.

5.14. Os colaboradores devem assinar termo de compromisso de confidencialidade e manutenção de sigilo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.15. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.16. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, prestando, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

Especificações Gerais

6.1. Os produtos de panificação, salgados, lanches e alimentos prontos para consumo deverão ser preparados e manipulados por mão de obra qualificada, observando rigorosamente as normas de higiene, manipulação, acondicionamento e conservação dos alimentos, em conformidade com a legislação sanitária vigente, especialmente a Resolução RDC nº 216/2004 da ANVISA.

6.2. Os gêneros alimentícios utilizados deverão ser de comprovada qualidade, próprios para consumo, dentro do prazo de validade e em conformidade com o Código Sanitário e o Código de Defesa do Consumidor, estendendo-se tais exigências aos fornecedores da CONTRATADA. Constatada qualquer irregularidade, a Administração poderá exigir a substituição imediata dos produtos, sem ônus adicional.

6.3. Os alimentos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas, íntegras e adequadas ao transporte e conservação, de forma a preservar suas características de qualidade, higiene, temperatura e consumo, devendo apresentar variedade e padrão compatíveis com as exigências da Administração Municipal.

6.4. O transporte dos alimentos deverá ser realizado em veículos apropriados, higienizados e em condições adequadas de conservação, garantindo a manutenção da qualidade e segurança alimentar até a efetiva entrega.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.5. A CONTRATADA deverá manter controle adequado quanto à procedência, preparo, armazenamento e fornecimento dos alimentos, garantindo condições que possibilitem rastreabilidade dos produtos fornecidos, observando as normas sanitárias vigentes e assegurando a segurança alimentar durante toda a execução contratual.

6.6. Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, limpas, lacradas e em perfeitas condições de conservação, sendo vedado o fornecimento de itens com embalagens violadas, danificadas ou que apresentem sinais de deterioração.

6.7. A Administração Municipal poderá recusar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações contratadas, normas sanitárias ou padrões mínimos de qualidade exigidos, devendo a CONTRATADA providenciar sua substituição imediata, sem ônus adicional.

6.8. A CONTRATADA deverá possuir alvará sanitário válido e demais licenças exigidas pelos órgãos competentes durante toda a vigência contratual.

6.9. Os quantitativos e horários de entrega poderão variar conforme a necessidade da Administração Municipal, devendo a CONTRATADA possuir capacidade operacional para atendimento das demandas dentro dos prazos estabelecidos pela contratante.

Dos prazos e das condições fornecimento:

6.10. Os locais serão previamente designados pela contratante e informados à CONTRATADA com a antecedência necessária à preparação dos alimentos, de no mínimo de **05 (cinco) dias úteis** antes da realização do evento, através da emissão da ordem de serviço.

6.11. Os produtos de panificação, salgados, lanches e alimentos prontos para consumo deverão ser preparados e/ou disponibilizados em período compatível com o horário previsto para entrega e consumo, conforme definido na ordem de fornecimento, de modo a garantir qualidade, frescor, adequada conservação e segurança alimentar dos produtos fornecidos.

6.12. As refeições deverão ser preparadas no máximo de **02 (duas) horas** antes do horário previsto para realização do evento, conforme emissão da ordem de serviço.

6.13. O objeto desta contratação deverá ser fornecido em dias úteis, finais de semana e feriados, conforme a demanda das Secretarias Municipais, mediante prévia autorização dos respectivos Secretários.

6.14. O objeto desta contratação poderá ser entregue, conforme solicitação de despesa nos seguintes locais:

a) Prefeitura do Município de Borrazópolis, Praça da República, n.º 28, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- b) Secretaria de Agricultura, Rua Vereador Antônio de Santana, n.º 10, Vila Roma, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- c) Pátio de Máquinas, Final da Avenida Rio Grande do Sul, n.º 1135, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- d) Secretaria de Saúde, Praça da República, n.º 462, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- e) Hospital Municipal, Avenida Rio Grande do Sul, n.º 102, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- f) Clínica da Mulher, Rua São Paulo, n.º 190, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- g) Centro de Abastecimento Farmacêutico – CAF, Rua Pernambuco, n.º s/n, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- h) Posto de Saúde Vila Verde 2, Avenida Brasil, n.º 56, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- i) Posto de Saúde Vila Roma, Rua Vereador Antônio de Santana, n.º 711, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- j) Secretaria de Assistência Social, Rua São Paulo, n.º 485, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- k) Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Rua São Paulo, n.º 220, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- l) Conselho Tutelar, Rua São Paulo, n.º 1.214, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- m) Salão da 3ª Idade, Praça da República, n.º s/n, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- n) Centro de Convivência, Rua Independência, n.º s/n, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- o) Secretaria de Educação, Avenida Brasil, n.º 711, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- p) Escola Municipal Dom Bosco, Rua Rio Grande do Norte, n.º 1002, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- q) CMEI Meu Pequeno Príncipe, Avenida Paraná, n.º s/n, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- r) CMEI Irineuza Batista do Prado, Rua São João, n.º 57, Bairro Jardim Belo Horizonte, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

s) Escola Municipal Júlia Ferezim Begali, Avenida José Naline, n.º 555, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná.

6.15. Ou em outro local previamente indicado pela Administração Pública Municipal, conforme especificado na respectiva solicitação formal emitida pelo setor demandante, observadas as necessidades operacionais, logísticas e institucionais pertinentes à execução do objeto contratado.

Das Alterações

6.16. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.

Da Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)

Do Recebimento

8.1. Os fornecimentos deverão ser executados no local e prazo constantes do termo referência e/ou outro local indicado conforme cronograma expedido pela unidade contratante na quantidade constante na programação expedida pelo responsável do contratante e conforme solicitação, correndo por conta do contratado todas as despesas necessárias para o cumprimento do objeto.

8.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, nos moldes do art. 140, II, alínea A, da Lei n.º 14.133 de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Prazo de pagamento

8.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte dias) úteis, a contar da liquidação da despesa.

8.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)

Da modalidade e critério de julgamento

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo sistema



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO – POR ITEM.

Exigências de habilitação

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);

Habilitação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);

Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);

Declarações e outros documentos necessários.

Requisitos contratuais

9.3. Previamente à celebração do contrato a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF ou certidões fiscais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, a seguir:

Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input checked="" type="checkbox"/> Recurso Estadual <input checked="" type="checkbox"/> Recurso Federal Categoria Econômica: <input checked="" type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input type="checkbox"/> Capital/Investimento		
<u>Reduz.</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>
22	02.008.04.122.0020.2.002.3.3.90.30.00.00.	1000
69	03.006.04.122.0021.2.056.3.3.90.30.00.00.	1000
115	04.017.04.122.0025.2.103.3.3.90.30.00.00.	1000
116	04.017.04.122.0025.2.103.3.3.90.30.00.00.	1045
182	05.011.10.301.0428.2.025.3.3.90.30.00.00.	1303
190	05.011.10.301.0428.2.085.3.3.90.30.00.00.	1303
202	05.011.10.302.0428.2.026.3.3.90.30.00.00.	1303
241	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.30.00.00.	0494
252	05.025.10.301.0428.2.080.3.3.90.30.00.00.	2494
274	05.025.10.304.0428.2.029.3.3.90.30.00.00.	1303
289	06.019.08.122.0578.2.113.3.3.90.30.00.00.	1000
308	06.019.08.122.0578.2.119.3.3.90.30.00.00.	1000
332	06.019.08.245.0577.2.116.3.3.90.30.00.00.	1000



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

333	06.019.08.245.0577.2.116.3.3.90.30.00.00.	31842
334	06.019.08.245.0577.2.116.3.3.90.30.00.00.	31934
350	06.019.08.245.0579.2.117.3.3.90.30.00.00.	31843
355	06.026.08.243.0483.2.065.3.3.90.30.00.00.	1000
369	06.026.08.243.0483.6.009.3.3.90.30.00.00.	1000
378	06.036.08.241.0580.2.082.3.3.90.30.00.00.	1000
382	06.042.08.244.0581.2.094.3.3.90.30.00.00.	1000
395	07.013.12.361.0188.2.106.3.3.90.30.00.00.	1103
396	07.013.12.361.0188.2.106.3.3.90.30.00.00.	1104
414	07.013.12.361.0188.6.001.3.3.90.30.00.00.	1103
448	07.013.12.365.0190.6.005.3.3.90.30.00.00.	1103
449	07.013.12.365.0190.6.005.3.3.90.30.00.00.	1104
516	08.014.20.606.0111.2.107.3.3.90.30.00.00.	1000
526	08.032.18.542.0456.2.108.3.3.90.30.00.00.	1000
551	09.015.13.392.0247.2.110.3.3.90.30.00.00.	1000
563	09.015.27.812.0228.2.109.3.3.90.30.00.00.	1000
573	10.044.26.782.0576.2.104.3.3.90.30.00.00.	1000
586	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.30.00.00.	32001
587	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.30.00.00.	32003
588	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.30.00.00.	32004
589	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.30.00.00.	32005
642	09.015.27.812.0228.2.109.3.3.90.30.00.00.	31000

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, a Ata de Registro de Preços ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.

Borrazópolis/PR, 12 de maio de 2026.

Cristiano da Silva Stapait

Secretário Municipal de Agropecuária, Meio
Ambiente e Turismo

Cleide da Silva Michelin

Secretária Municipal de Educação

Cesar Santos Soares

Secretário Municipal Esportes, Lazer e
Cultura

André Luiz Pereira

Secretário Municipal de Saúde

Regina Marileide Giardini Ramalho

Secretária Municipal de Desenvolvimento
e Assistência Social

Josiane Aparecida dos Santos

Secretária Municipal de Administração e
Finanças

Valter Iszczuk

Secretário Municipal de Transportes
e Manutenção de Veículos